

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO 056/2025**

**SÚMULA:** Regulamenta o Processo de Readaptação ou Reabilitação Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Santa Maria do Oeste.

**Oscar Delgado**, Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**Considerando** a previsão do art. 37, §13, da Constituição Federal,

**Considerando** que os servidores públicos do Município de Santa Maria do Oeste são filiados ao Regime Geral de Previdência Social;

**Considerando** o disposto na Lei 8.213/1991 e no Decreto federal 3.048/1999;

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** Os processos e procedimentos para readaptação ou reabilitação de função dos Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Santa Maria do Oeste, obedecerão ao disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO II**

**DOS OBJETIVOS E DO DIREITO À READAPTAÇÃO OU REABILITAÇÃO**

**Art. 2º.** A Readaptação ou Reabilitação Funcional é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, a ser verificada em laudo médico.

**Art. 3º.** A readaptação ou reabilitação funcional não acarretará diminuição nem aumento de vencimentos, tampouco impedimento ou limitação do exercício de direitos, na forma e condições previstas na legislação municipal.

**Art. 4º.** A readaptação ou reabilitação de função dar-se-á em cargo de atribuições afins, respeitada a limitação do servidor, bem como a compatibilidade da habilitação exigida para o exercício da função, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.

**Art. 5º.** Para a readaptação ou reabilitação funcional, o servidor deverá protocolar no Departamento de Recursos Humanos, o requerimento devidamente instruído com atestado médico datado de, no máximo, 3 (três) dias anteriores ao protocolo, contendo o CID – Classificação Internacional de Doenças, bem como exames recentes que declarem a incapacidade para o exercício das atividades de seu cargo e indiquem a limitação/restrição de saúde para o exercício da função.

**Art. 6º** - Após o protocolo do requerimento, o servidor será encaminhado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, que fará a devida análise e avaliação nos termos do Decreto federal 3.048/1999.

**Art. 7º.** O servidor reabilitado deverá protocolar o certificado individual de reabilitação emitido pelo INSS- conforme regra prevista nos artigos 136 e seguintes do Decreto federal 3.048/1999 - no Departamento de Recursos Humanos que, após as anotações funcionais, solicitará a expedição de portaria que conste a informação.

**Parágrafo único.** Na Portaria de readaptação ou reabilitação funcional deverá constar, no mínimo, as seguintes informações: nome completo do servidor, cargo ocupado/efetivo, cargo para o qual foi readaptado/reabilitado, período de readaptação/reabilitação quando existente, local/setor/secretaria onde deverá exercer suas funções e a vedação quanto a realização de horas extras enquanto perdurar a readaptação.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º.** A readaptação ou reabilitação funcional poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante:

- requerimento do servidor público, acompanhado dos documentos que comprovem a melhora de sua condição de saúde;
- verificação de irregularidade na concessão do benefício, devidamente comprovada;
- alta médica firmada pelo médico perito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**Parágrafo Único.** Encerrado o prazo de readaptação ou reabilitação funcional, o servidor retornará à sua função de origem.

**Art. 9º** – Os servidores que estão em gozo de readaptação não concedida pelo INSS deverão comparecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da publicação do presente Decreto, ao Departamento de Recursos Humanos com a documentação médica e exames relacionados no artigo 5º para o devido encaminhamento ao órgão previdenciário.

**§ 1º.** Os servidores que não cumprirem o determinado no *caput* deste artigo poderão incorrer nas penalidades prescritas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria do Oeste.

**Art. 10.** Para que os servidores sejam encaminhados ao INSS deverão apresentar atestado médico atualizado para afastamento superior a 15 dias.

**Art.11.** Nos termos do disposto nos artigos 62 e 89 da Lei 8.213/1991 e artigos 77, 79, 136 e seguintes do Capítulo V do Decreto Federal 3.048/1999, somente os servidores que estejam em gozo de auxílio-doença ou auxílio-acidente terão direito à reabilitação ou readaptação profissional.

**Art. 12.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, obrigando todos os servidores públicos municipais a sua fiel observância.

Santa Maria do Oeste - Pr, 06 de agosto de 2025.

***OSCAR DELGADO***

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Marcos Antonio de Lima

**Código Identificador:**74EA92A5

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 07/08/2025. Edição 3336

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>